



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

30ª Reunião Ordinária Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

13 de junho de 2011

**BRASÍLIA-DF
2011**

1 Aos treze e quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, reuniu-se no Plenário da
2 Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República – Setor Comercial Sul,
3 Quadra 9, Bloco B, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 10º andar, –
4 Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, para a sua
5 Trigésima Reunião Ordinária, com a participação dos seguintes **Conselheiros e Conselheiras**
6 representantes de entidades da **Sociedade Civil**: **Altair dos Santos Lira** (Titular) – FENAFAL;
7 **Ari Antônio dos Reis** (Titular) – CNBB; **Célia Gonçalves Souza** (Titular) – CENARAB;
8 **Cláudio Aparecido da Silva** (Titular) – SERUMANO BOCADA FORTE HIP HOP; **Clédisson**
9 **Geraldo do Santos Júnior** (Titular) – UNE; **Cleide Hilda de Lima Souza** (Titular) – CONEN;
10 **Edson Luiz de França** (Notório) – UNEGRO; **Francisco das Chagas Silva** (Titular) – RAN;
11 **Eduardo Ferreira de Oliveira** (Titular) – CNAB; **Gersonice Azevedo Brandão** (Titular) –
12 INTECAB; **Helcias Roberto Paulino Pereira** (Titular) – APN's; **Ivo Fonseca Silva** (Notório)
13 – CONAQ; **João Carlos Borges Martins** (Titular) – ANCEABRA; **Maria Aparecida de**
14 **Matos** (Suplente) – RAN; **Maria Helena Azumezohero** – (Notório); **Marta Cezaria de**
15 **Oliveira** (Titular) – FNMN; **Maria Julia Reis Nogueira** (Titular) – CUT; **Mirian Stanescon**
16 **Batuli de Siqueira** (Titular) Fundação Santa Sara Kali; **Sofia Débora Levi** (Titular) – CONIB;
17 **Valdice Gomes da Silva** (Titular) – FENAJ/CONAJIRA; **Vera Regina Paula Baroni** (Titular)
18 – AMNB; **Conselheiros e Conselheiras** representantes de Órgãos governamentais: **Ana**
19 **Elenara da Silva Pintos** (Titular) – M. Esporte; **Ana Paula Meira** (Suplente) – SDH/PR;
20 **Antonio Mario Ferreira** (Suplente) – MEC; **Letícia Miguel Teixeira** (Suplente) – M. Cidades;
21 **Edvaldina Lopes Calmon** (Suplente) – MDA; **Eduardo Gomor** (Suplente) – SPI/MPOG;
22 **Eunice Léia de Moraes** (Titular) – Sec. de Políticas de Mulheres – SPM; **Aida Rodrigues**
23 **Feitosa** (Titular) – MMA; **Rui Leandro S. Santos** (Suplente) – MS; **Joelmo Jesus de Oliveira**
24 (Titular) – MCT; **Mário Lisboa Theodoro** (Suplente) – SEPPIR; **Kátia Cristina Favilla**
25 (Titular) – MDS; **Daniela Cruz de Carvalho** (Suplente) MI; **Maria do Rosário de Holanda**
26 **Cunha Cardoso** (Titular) – MPOG; **Maria Augusta Boulitreau Assirati** (Titular) – MJ;
27 **Martys Antonio Alves das Chagas** (Titular) – FCP; **Milena Souto Maior de Medeiros**
28 (Suplente) – Casa Civil; **Regina Célia Sant'Anna Adami Santos** (Suplente) – SPM; **Severine**
29 **Carmen Macedo** (Titular) - SNJ/PR; **Valeria Payê Pereira** (Titular) – FUNAI. **Convidados e**
30 **Convidadas**: **Jurema Wernek**, Vice-presidenta do Conselho Nacional de Saúde/MS; **José**
31 **Ribamar Araújo e Silva**, **Conselheiro** do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
32 Nutricional – CONSEA/PR; **Marina Pereira**, assessora do Sagi/MDS; **Carlos Henrique**,
33 assessor do Diest/IPEA; **Ivonete Carvalho**, Secretária de Comunidades Tradicionais da
34 SEPPIR; **Anhamona Brito**, Secretária de Ações Afirmativas; **Mônica Oliveira**, Gerente de
35 Projetos da SPAAP/SEPPIR; **Silvany Eugenio Silva**, Diretora de Programas da
36 SECOMT/SEPPIR e demais assessores da SEPPIR. As atividades da Trigésima Reunião
37 Ordinária iniciaram no dia treze de junho, com a seguinte programação: **Item 1 – Abertura** –
38 Os trabalhos da 30ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
39 do CNPIR/SEPPIR/PR foi iniciada pelo Secretário Executivo da SEPPIR/PR, **Mário Lisboa**
40 **Theodoro**, como presidente interino em substituição a ministra **Luiza Helena Bairros**
41 Presidenta do CNPIR, por designação da ministra devido sua ausência do País. O presidente do
42 Conselho, **Mário Lisboa Theodoro** procedeu à abertura da 30ª Reunião Ordinária do
43 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR/PR, saudou os membros do
44 Conselho presente à trigésima reunião ordinária do CNPIR e após verificação do quorum foi
45 instalada a 30ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
46 **Item 2 – Leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária**: O presidente do
47 Conselho, **Mário Lisboa Theodoro** informou que conforme deliberando na última reunião, fica
48 dispensada a leitura da Ata, aqueles que tenham alguma mudança encaminhar para a Mesa do
49 Pleno. Não havendo nenhuma alteração na Ata foi colocada em votação, sendo aprovada por
50 unanimidade dos presentes. O Conselheiro **Cláudio Aparecido da Silva** (Titular) –

1 SERUMANO BOCADA FORTE HIP HOP, solicitou que o envio da Ata seja no prazo
2 estabelecido no Regimento Interno. Após a aprovação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária,
3 passou-se para o **Item 02: INFORMES**: A Conselheira **Valdice Gomes da Silva** (Titular) –
4 FENAJ/CONAJIRA, informou que foram prometidas casas para os desabrigados, mas, após a
5 tragédia no ano passado, a construção das casas começaram porém não terminou, deixando os
6 quilombolas em situação crítica. Solicita o acompanhamento da SEPPIR. Falou do lançamento
7 do prêmio jornalista Abdias Nascimento que a Conajira, comissão de jornalistas na igualdade
8 racial do Rio de Janeiro lançou e teve a presença da Ministra Luiza Barros e que o prêmio é
9 importante por que ele é nacional, o prêmio vai agraciar as matérias, as reportagens de todo
10 Brasil que tratem da questão étnico racial, a entrega do prêmio é em novembro. A outra notícia
11 que a Fenaj fez um convenio com a ONU mulheres e estará realizando no mês de agosto um
12 curso sobre gênero, raça e etnia para jornalistas e estudantes de jornalismo em oito estados do
13 Brasil. O Conselheiro **Helcias Roberto Paulino Pereira** (Titular) – APN's, informou sobre o
14 Seminário Estadual sobre o impacto do racismo na infância que acontecerá no dia 31 de agosto
15 em Maceió, Alagoas. Sólicita apoio para que o Conselheiro **Ivo Fonseca** possa realizar visita
16 nos dias 30/06 e 01/07 em Alagoas no sentido de articular as lideranças quilombolas do Estado,
17 visando à participação dos mesmos no Encontro Nacional das Comunidades Remanescentes
18 Quilombos que acontecerá no próximo mês de julho no Rio de Janeiro. A presença do
19 Conselheiro Ivo além de reunir as lideranças quilombolas de Alagoas, servirá também para
20 inteirá-los da realidade nacional, fazer uma análise de conjuntura da CRQ Muquém na cidade
21 de União dos Palmares, que foi destruída na enchente em 2010, articular também as lideranças
22 para a participação no Seminário Estadual Sobre o Impacto do Racismo na Infância em parceria
23 com o UNICEF. Falou também da situação dos Quilombolas do Maranhão que estão fazendo
24 uma greve de fome devido a essa situação, propõe uma carta de apoio para colocar na mídia, os
25 e-mails sobre essa situação e que estão através da CNBB acompanhando o processo do trabalho
26 escravo no Brasil, que é algo que não aparece com tanta visibilidade na mídia, mas são vinte e
27 quatro estados no Brasil onde já ouve situações comprovadas da existência do trabalho escravo.
28 O Conselheiro **Francisco das Chagas Silva** (Suplente) – RAN, denunciou os assassinatos na
29 região amazônica, as multas que o IBAMA aplica no valor de vinte mil reais aos ribeirinhos e a
30 forma que os prefeitos tratam os projetos para as populações pobres, tudo com a intenção
31 eleitoral. A Conselheira **Vera Regina Paula Baroni** (Titular) – AMNB, informou sobre o 5º
32 Encontro Pernambucano das Mulheres de Terreiro e 1º Encontro Nordestino das Mulheres de
33 Terreiro, com o Tema Central: A Ética Ancestral dos Terreiros, Saúde e Sustentabilidade
34 Ambiental, Data: 20 a 22 de Julho; Local: Auditório do Centro Rossini Alves Coelho do
35 Ministério Público de PE, Horário: Das 8h30 às 17horas. O Conselheiro **Clédisson Geraldo do**
36 **Santos Júnior** (Titular) – UNE, falou sobre III ENUNE que aconteceu entre os dias 20, 21 e 22
37 de maio, estudantes negros e negras de diversas Universidade Públicas e Privadas do Brasil
38 estiveram reunidos na Universidade Federal da Bahia em Salvador participando do III Encontro
39 de Negros e Negras Cotista da UNE. Informou também sobre o 52º Congresso da UNE, no
40 período de 13 a 17 de Julho de 2011, em Goiânia - GO. Sendo o principal encontro do
41 movimento estudantil brasileiro, irá reunir milhares de jovens representantes de mais de 90%
42 das instituições de ensino superior do país. O Conselheiro **Ivo Fonseca Silva** (Notório) –
43 CONAQ, informou sobre a situação dos Quilombolas que ocuparam o INCRA e que estava
44 acompanhando e também estava na ocupação com os companheiros, a greve de fome foi
45 suspensa com a proposta encaminhada ao INCRA, a Ministra de Direitos Humanos, Fundação
46 Palmares, a Ministra da SEPPIR, a ida das Ministras em São Luiz no dia vinte e dois e que uma
47 equipe técnica vai a São Luiz para preparar a reunião para o dia vinte e dois, o movimento se
48 deu em virtude da morte do Quilombola Flaviano, foi um mandante dentro da comunidade
49 atirando nos Quilombolas, o pessoal saíram da comunidade e se refugiaram em outro local, o
50 movimento foi em virtude da falta de segurança na comunidade, o movimento foi crescendo e

1 foi para São Luiz, ficou em frente ao palácio da prefeitura e não tiveram atendimento, foram
2 para o INCRA, passaram a semana, o foco maior do movimento é a segurança para essa
3 comunidade. A Conselheira **Sofia Débora Levi** (Titular) – CONIB disse do intuito de
4 aproximação e informação entre os membros do CNPIR e da SEPPIR com a Comunidade
5 Judaica, solicitou encaminhamentos via e-mail, os seguintes informes: 1- Informe digital da
6 Confederação Israelita do Brasil - CONIB – a ser encaminhado via e-mail; 2- Site do Memorial
7 Judaico de Vassouras: www.memorialjudaico.org.br; 3- Livros doados à Secretaria da SEPPIR,
8 na última reunião do CNPIR, em 13 e 14/04/2011, disponíveis para consulta: Atrás das minhas
9 pegas: memórias de um sobrevivente do Holocausto – Abraham Warth/Sofia Débora Levy
10 (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Sobre Viver: oito relatos antes, durante e depois do
11 Holocausto por homens e mulheres acolhidos no Brasil – Sofia Débora Levy (Org.). Rio de
12 Janeiro: Relume-Dumará, 2006. 4- Outros livros que, futuramente, vierem a ser doado à
13 Secretaria da SEPPIR, para também serem comunicados a todos, via e-mail. A Conselheira
14 **Maria Helena Azumehohero** – (Notório), denunciou a situação das comunidades indígenas,
15 principalmente do Estado Mato Grosso, onde a violência e as drogas estão chegando dentro da
16 aldeia. Solicita o acompanhamento da SEPPIR para o descaso do governo com o seu povo.
17 Informou sobre as construções de usinas, a PH hidrelétricas que esta sendo construída e que
18 vem acompanhando, pra que essas comunidades tenham um retorno dessa destruição do meio
19 ambiente, uma compensação, três usinas que esta sendo construída no rio Juba. O Conselheiro
20 **Altair dos Santos Lira** (Titular) – FENAFAL, falou sobre Dia Nacional do Teste do Pezinho,
21 Dia 06 de junho, comemorado pelo governo e alerta que há descaso do governo na cobertura do
22 exame. Citou o exemplo do Estado do Amapá que só é feita em 60% dos nascidos. Foi
23 instituído programa nacional de triagem neonatal estabelecendo em três fases a detecção de
24 doenças, a fase hum detecta Fenicotônuria e Hiporiodismo Congênito, a fase dois é a fase que
25 detecta a Anemia Falciforme, fase três a Fibrose Cística, relatou que dez anos depois a situação
26 é fase um, todos os estados fazem, na fase dois que é a fase que detecta Anemia Falciforme,
27 treze estados brasileiros não fazem o teste para Anemia Falciforme, desses treze, nove está na
28 região norte, nordeste, onde exatamente doença atinge mais a população negra nesses estados
29 não fazem o teste e não temos nada há comemorar e que é irresponsabilidade do governo a cada
30 gestão de não tomar isso de forma séria, porque são doenças que precisam ser descobertas cedo
31 para começar o tratamento cedo e diminuir a mortalidade e as seqüelas das doenças sejam elas
32 Fenicotônuria e Hiporiodismo, Fibrose Cística, não só Anemia Falciforme, queremos
33 estabelecer uma discussão muito séria para poder reduzir as doenças porque se o Brasil quer
34 atingir a meta de redução da mortalidade infantil passa também por detectar precocemente as
35 doenças que atingem essa população. A Conselheira **Maria Aparecida de Matos** (Suplente) –
36 RAN, Falou da situação dos Quilombolas do Estado do Tocantins e das dificuldades na Região
37 Norte. Disse também da importância do Brasil Quilombola. O **Eduardo Ferreira de Oliveira**
38 (Titular) – CNAB, solicitou ao CNPIR moção de recomendação para que seja executado o hino
39 nos eventos ou sessões que tenham como tema a questão racial. A Conselheira **Mirian**
40 **Stanescon Batuli de Siqueira** (Titular) Fundação Santa Sara Kali, relatou o caso dos Ciganos
41 da cidade de Codó, Maranhão, onde uma família teve sua casa incendiada e a senhora Diomar
42 assassinada e que fez a denuncia ao Gabinete da Ministra e Ouvidoria e não teve nenhuma
43 resposta sobre as providencias. **Maria do Carmo Ferreira da Silva**, Assessora para Assuntos
44 Federativos da SEPPIR informou da realização no ultimo dia sete, mais uma reunião do sistema
45 federativo e que é realizada desde 2006 com a participação de todos os Ministérios e tem duas
46 datas que são importantíssimas para neste mês, uma no dia quatorze, começa a campanha de
47 vacinação em todo o estado brasileiro e segundo que para o dia vinte e seis de junho o MEC e o
48 Ministério da Saúde vão lançar o mapa da situação atual dos profissionais médicos do Brasil.
49 **Item 04: Leitura e aprovação da ordem do dia:** O presidente do Conselho, **Mario Theodoro**,
50 solicitou a leitura da Ordem do Dia ao senhor **Sérgio Pedro da Silva**, secretário executivo do

1 CNPIR, sendo a seguinte: Pauta da trigésima reunião ordinária do CNPIR, 14 e 13 de junho de
2 2011, local auditório SDH, setor comercial sul, quadra 9, Brasília -DF, pauta, 1- abertura e
3 verificação de quorum mínimo para instalação do Pleno do CNPIR; 2- aprovação da ata da
4 reunião anterior; 3- informes gerais; 4- leitura e aprovação da ordem do dia; 5- apresentação do
5 PPA 2012/2015; 6- apresentação da pesquisa de avaliação da situação da segurança alimentar e
6 nutricional em comunidades Quilombola; 7- segurança alimentar e nutricional da população
7 negra de povos e comunidades tradicionais; 8-questionário do IPEA sobre os conselhos
8 nacionais; 9- Conferência Nacional de Saúde e o Plano Nacional de Saúde Integral da
9 População Negra; 10- plano de ação bilateral Brasil-Estados Unidos, para igualdade racial; 11-
10 plano nacional da educação; 12- discussão e deliberação sobre as comissões permanentes do
11 CNPIR, 13- encerramento, após a leitura, colocou em votação, sendo a mesma aprovada por
12 unanimidade. **ITEM 05 – Plano Plurianual PPA 2012-2015:** O presidente do Conselho,
13 **Mario Theodoro** informou a dinâmica para a apresentação PPA, que é composta de três partes,
14 uma apresentação mais geral do PPA qual a concepção que fizemos e realizamos com relação ao
15 PPA que esta sendo proposto pela SEPPIR para o Ministério do Planejamento, Orçamento,
16 Gestão que é o órgão responsável pela consolidação do PPA do Governo Federal e na seqüência
17 as duas secretárias finalistas, que é a secretaria Anhamona Brito da Secretaria de Ações
18 Afirmativas e a secretária Ivonete Carvalho da Secretaria de Comunidades Tradicionais, para
19 justamente cada uma falar sobre um dos programas, são dois programas finalistas que temos
20 para explicar e explicitar, o que são esses programas, quais são os programas e como é que
21 estamos trabalhando essas questões. Em sua apresentação falou qual a perspectiva que estão
22 tendo com relação a esse PPA e de fato qual a expectativa com relação a ele, o PPA é o principal
23 instrumento que vai nortear a ação do Governo nos próximos quatro anos, o PPA ele funciona
24 muito mais como um espelho, nem tudo que está previsto no PPA vai ser necessariamente
25 executado de forma plena mas seguramente o que não estiver previsto muito dificilmente vai ser
26 executado, a importância do PPA é justamente colocarmos nele todas as intenções que temos
27 com relação à ação do Governo na área de igualdade racial, deste ponto de vista o que pareceu
28 que seria mais relevante em princípio, um diagnóstico de que temos no Brasil de fato um
29 problema sério de desigualdade racial expresso em todos os dados existentes, todas as
30 informações que temos seja da PNAD, seja do último Censo, mostram que a população negra
31 tem sempre uma desvantagem em termos de qualidade de vida, em termo de acesso a serviços,
32 em termos de nível de renda, emprego, qualquer que seja a variável, que é um diferencial que se
33 acumula no decorrer da história brasileira, é de fato um resultado, uma consequência de um
34 problema que é mais profundo e também histórico que é o problema do racismo, tem na
35 verdade como um problema inicial a desigualdade racial, enfrentar essa desigualdade racial é
36 preciso considerar o grande problema que é o racismo que existe no Brasil, neste ponto de vista
37 o primeiro programa é enfrentamento ao racismo e promoção da desigualdade racial, a
38 perspectiva é de incluir ou de qualificar a igualdade racial a partir da sua causa maior que é o
39 racismo no Brasil e desse ponto de vista tem uma questão qualitativa importante que é ao
40 admitir e colocar como um problema e como uma questão de enfrentamento ao racismo
41 estaremos também enumerando novas ferramentas e novos instrumentos de combate justamente
42 para a questão racial, para o racismo. Esse programa está composto por seis grandes objetivos.
43 Relatou que a desigualdade racial na medida em que fornece serviços de uma forma
44 diferenciada para a população negra e branca. Na medida em que esse Estado faz esse tipo de
45 diferenciação, seja na escola, seja na segurança, seja na saúde, temos dados que mostram isso,
46 por exemplo, o número de consultas pré-natal de mulheres negras e brancas é muito diferente.
47 As mulheres negras têm metade do número de consultas das mulheres brancas, isso é um
48 serviço do Estado. Na área de educação, os estudantes negros têm um acesso à educação ainda
49 muito mais deficiente do que o acesso dos estudantes brancos e isso é um serviço de Estado,
50 quando vemos na segurança e principalmente na questão da violência, que os negros são mais

afetos à questão da violência, isso também é um serviço do Estado, nossa primeira perspectiva é de o Estado tem que parar de ser o motor da desigualdade racial. Como fazer isso mudar, a primeira preocupação foi de que a questão racial, a temática racial fosse uma espécie de um monitorador de todas as ações do governo, em saúde pública, vai monitorar, como é que está a questão de acesso dos negros e brancos. Em todas as áreas do governo. A idéia é de que esse diferencial acabe e que a partir do momento que não existe mais esse diferencial, poderemos falar que o Estado não está contribuindo com a desigualdade racial. O segundo ponto, que é menos para o Estado e mais para a sociedade, que é justamente os problemas de combate ao racismo, entendido o racismo como uma ideologia que perpassa a toda sociedade brasileira, inclusive o estado e temos que trabalhar não somente dentro da máquina do estado, mas de uma maneira geral, dentro da sociedade brasileira, dos meios de comunicação, enfim, de uma maneira mais geral. Importante é a adoção de indicadores, que infelizmente não logramos nos dois PPA's anteriores, ou seja, tínhamos duas intenções, mas como não tínhamos indicadores e, portanto não podíamos acompanhar essa política, não podíamos acompanhar se ela estava melhorando ou piorando. E agora temos o conjunto de indicadores que foi montado. Sobre os setes objetivos informou que o objetivo um: Garantir a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais articulando Ministérios e demais órgãos Federais, Estados e Municípios. Objetivo dois: Promover ações afirmativas de âmbito da ação governamental visando a corrigir desigualdade racial e assegurar a igualdade de oportunidades. Objetivo três: Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial. Objetivo quatro: Promover o reconhecimento e a valorização da história e da cultura negra em suas formas de existência e resistência. Objetivo cinco: Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, sobretudo a valorização da polaridade étnica racial em instituição pública e privada. Objetivo seis: Criar estratégias para reverter representações negativas da pessoa negra que sustentam as ações de negações simbólicas e diversas formas de violência. Objetivo sete: Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam às altas taxas de mortalidade precoces da população negra garantindo seu direito à vida. O outro programa do PPA é o Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais entendendo que os quilombos e as comunidades tradicionais são um grupo específico que mereceria um conjunto de ações específicas, sendo os objetivos: primeiro objetivo, fortalecer mecanismos de monitoramento do conjunto das ações de identificação, certificação e titulação de terras Quilombolas, segundo objetivo, articular e acompanhar as ações governamentais que atendam a demanda por serviços públicos e infra-estrutura social nas comunidades Quilombolas, terceiro objetivo, articular e acompanhar as ações governamentais de desenvolvimento local, regional e sustentável e de inclusão produtiva das comunidades Quilombolas, quarto objetivo, incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas, quinto objetivo, articular junto aos Ministérios e demais órgãos governamentais o acesso das comunidades ciganas, indígenas a serviços públicos e programas sociais e sexto e último objetivo, articular junto aos Ministérios e demais órgãos governamentais o acesso das comunidades tradicionais de terreiro aos serviços e programas sociais. De uma maneira geral tudo que a SEPIR pretende trabalhar do ponto de vista da promoção da igualdade racial está de uma maneira inscrita nesse conjunto de programas e ações, o próximo passo nosso é transformar esses objetivos e essas iniciativas em ações, que vão compor o quadro orçamentário da SEPIR. O presidente do Conselho, **Mario Theodoro**, após sua apresentação passou a palavra à secretária Ivonete Carvalho que fez a apresentação sobre o Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais. A secretária de Comunidades Tradicionais, **Ivonete Carvalho**, falou sobre o Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no PPA 2012/2015, a SEPIR vem desenvolvendo um processo muito interessante no âmbito do programa, no âmbito do governo que é estruturar a partir do PPA 2012/2015 uma estratégia de ampliação e de

1 transversalidade da política de promoção da igualdade racial, da política de combate ao racismo
2 e considerando todos os avanços que acumulamos nos últimos oito anos de governo Lula e
3 agora com a perspectiva de consolidar a partir do governo Dilma, de desenhar uma proposta que
4 atenda e garanta de fato essa transversalidade da política de promoção da igualdade racial,
5 interagindo com todos os Ministérios de forma a fazer com que cada Ministério consiga dar
6 essa resposta dentro de seus programas e ações para esta demanda histórica que precisamos
7 reparar, partimos do princípio que essa é uma política ainda muito nova no âmbito do Governo
8 Federal, ela tem oito anos a partir da criação da SEPIR, mas que caminha no sentido de uma
9 consolidação na perspectiva de uma política de estado e não uma política apenas de uma gestão
10 de governo, dentro desse cenário está com a incumbência de trabalhar um programa Brasil
11 Quilombola dentro da estrutura do PPA, inclusive com uma perspectiva de ampliação, porque
12 agora ele é programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais, vamos estar sinalizando
13 dentro do plano plurianual ações orçamentárias, objetivos e iniciativas e ações orçamentárias
14 que dialogam com essa demanda dos demais públicos tradicionais, além das comunidades
15 Quilombola estaremos de uma forma muito inovadora garantindo pela primeira vez um PPA do
16 Governo Federal, ações e iniciativas, que dão conta da demanda das comunidades tradicionais
17 de terreiros, por exemplo, ações e iniciativas que dão conta da política para ciganos, Temos o
18 objetivo programa Brasil Quilombola que é fortalecer os mecanismos de monitoramento, de
19 fortalecer, de articular, essas ações. Foram desenhadas a partir da função institucional da
20 SEPIR, que é uma secretaria meio, ela não executa a política diretamente, quem executa essa
21 política são os Ministérios parceiros. A estratégia toda foi desenhada a partir da função
22 institucional da SEPIR, de uma instituição articuladora das políticas e fiscalizadora da
23 implementação das políticas, fortalecer os mecanismos de monitoramento e conjunto das ações
24 de identificação, certificação e titulação das terras Quilombolas. Citou que nós últimos oito
25 anos houve muitas pressões e cobranças do movimento social Quilombola pelo fato de não ter
26 orçamento necessário e estrutura necessária para dar conta dessa política de regularização
27 fundiária dos territórios que é uma ação extremamente urgente e importante, nosso
28 entendimento é a ação principal da política de quilombos hoje no Brasil é garantir a
29 identificação, a certificação, a regularização do território e a indenização dessas áreas, como
30 exemplo, o ano passado, o presidente Lula decretou trinta territórios Quilombolas, entregou em
31 mãos numa solenidade em Salvador durante a semana de conscientização negra, entregou trinta
32 decretos de desapropriação de territórios, o INCRA estava autorizado a ir a campo e desentrosar
33 essas áreas, regularizar essas áreas, pagar os fazendeiros e devolver esse território as
34 comunidades Quilombolas, até o presente momento o INCRA ainda não conseguiu executar e
35 temos por conta de um contingenciamento que ouve no orçamento do INCRA e eles ficaram
36 impossibilitados de cumprir com essas demandas, se não cumprimos, se o governo não cumprir
37 até o final de novembro desse ano, torna-se sem efeito esse decreto porque a vigência dele é de
38 dois anos, o que significa que vai ter de re-editar todos os decretos e que demanda um
39 orçamento em torno de trezentos Milhões de Reais para a indenização desses trinta decretos,
40 para que esses posseiros sejam pagos, reintegrando a posse das comunidades Quilombolas
41 nesses territórios, trezentos milhões é o orçamento necessário para regularizar esses trinta
42 decretos de desapropriação até novembro de 2011, o orçamento hoje existente na coordenação
43 do INCRA pra questão Quilombola é de vinte e quatro milhões. Também como iniciativa dentro
44 desse objetivo está a implementação de instrumentos de monitoramento, temos que ter um
45 banco de dados a nível nacional esse é um exercício que estamos fazendo no Governo Federal
46 que é cruzar as informações de cada Ministério, às ações estão sendo desenvolvidas nas
47 comunidades Quilombolas e muitas vezes um Ministério ainda não tem conhecimento da ação
48 do outro, estamos avaliando a necessidade de uma ação, de monitoramento dessas ações de
49 forma conjunta e uma ação estratégica articulada para as comunidades Quilombolas, tem o
50 entendimento que a necessidade de uma ação integrada envolvendo todos os Ministérios que

1 estão na coordenação da política de Quilombos e comunidades tradicionais ela esta embasada
2 no marco legal que é o estatuto da igualdade racial e também o decreto 4.887 que tem como
3 base o referencial na constituição que é o artigo 68 do ato das disposições constitucionais
4 transitórias, que é o decreto que de fato regulamenta esse artigo e demanda as ações e define as
5 ações no âmbito do governo que cada Ministério deverá desenvolver para as comunidades
6 Quilombola, também estamos tendo como referencial do marco legal o decreto 4.060 que é um
7 decreto que institui a política nacional para os povos e comunidades tradicionais incluindo os
8 demais que não estão no Decreto 4.887, o outro objetivo, que é o objetivo dois, é articular e
9 acompanhar as ações governamentais que atendam a demanda por serviços públicos de infra-
10 estrutura social nas comunidades quilombolas, partimos do princípio que as comunidades
11 quilombolas estão na situação de extrema pobreza na sua maioria, esse objetivo dialoga com a
12 questão da infra-estrutura. Como iniciativa a realização de fomento, identificação de estudos e
13 pesquisas para identificação das demandas recentes, serviços públicos de infra-estrutura social
14 nas comunidades quilombola, articulação e monitoramento junto aos órgãos federais da
15 execução das demandas; objetivo três, articular e acompanhar as ações governamentais de
16 desenvolvimento local e regional sustentável e de inclusão produtiva nas comunidades
17 quilombolas; o quarto objetivo é incentivar as ações de fortalecimento, autonomia e do
18 protagonismo político das comunidades quilombolas, aqui as iniciativas foram muito na linha
19 do fortalecimento institucional, os projetos, os editais estarão focados na perspectiva de
20 fortalecer essa representação institucional das comunidades quilombolas, as associações
21 estaduais, as associações municipais, das comunidades, as federações de forma que essas
22 comunidades tenham um fortalecimento e que elas possam de fato juntamente com essas
23 associações e órgão do governo federal ou governo de Estado proporem as suas políticas com o
24 seu modo de ser, de fazer, também uma iniciativa que é a realização de ações de promoção,
25 proteção e preservação dos bens culturais de natureza material e imaterial do patrimônio
26 histórico e cultural das comunidades quilombolas seria toda a questão do patrimônio, dessa
27 especificidade cultural de forma a interagir com a lei 10639, o fortalecimento institucional nas
28 organizações, fortalecimento e ampliações dos comitês gestores estaduais. Tivemos a
29 experiência na gestão anterior de instalar dez comitês gestores do programa Brasil Quilombola,
30 são estruturas nos estados que tem a representação da sociedade civil, que tem as representações
31 dos órgãos de governo estaduais e municipais, onde tem comunidades Quilombolas e esses
32 comitês, nove que a gente instalou, três ou quatro tem condições de estarem funcionamento,
33 criamos essa iniciativa para fortalecer a funcionalidade desses comitês. O objetivo cinco
34 articular junto aos Ministérios e demais órgão governamentais o acesso das comunidades
35 ciganas, indígenas a serviços públicos e programas sociais, desenhamos aqui duas iniciativas
36 que é a realização de fomento e identificação de estudo para pesquisar relacionadas demandas
37 da especificidade de serviços públicos e programas sociais em comunidades ciganas articulação
38 e monitoramento junto aos órgãos federais da execução das demandas referentes a serviços
39 públicos de infra-estrutura social nas comunidades ciganas, aqui temos várias questões que já
40 vem sendo pautadas inclusive aqui pela representação dos ciganos no CNPIR, que é a doutora
41 Miriam, também em fóruns que já organizamos discussões preparatórias inclusive na segunda
42 CONAPIR, onde a população cigana pontuou algumas questões, estamos levando em
43 consideração essas demandas colocadas pelo seguimento, um passo importante é o fato do
44 Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome ter incluído no seu cadastro único a
45 comunidade cigana como um público que será beneficiado pelas ações, pelas ações sociais de
46 desenvolvimento social do Ministério, ou seja, teremos cinco públicos que estarão sendo
47 priorizados dentro do cadastro único que é quilombolas, indígenas, ciganos, terreiros,
48 extrativistas, ribeirinhos e pescadores, o fato deter essa comunidade sendo cadastradas pelo
49 cadastro único, vamos ter de fato uma porta de entrada no Governo Federal para as políticas
50 sociais para essa parcela da população que antes não tinha esse recorte; objetivo seis, e último

que é articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais para o acesso das comunidades tradicionais de terreiro aos serviços públicos e programas sociais, a iniciativa é o fortalecimento do conceito de comunidades tradicionais de terreiro com base nos termos do decreto 6.040 que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável aos povos e comunidades tradicionais. O presidente do Conselho, **Mario Theodoro**, após apresentação da secretária Ivonete Carvalho sobre o Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no PPA, passou a palavra para a secretária Anhamona Brito para sua apresentação do Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. A secretária **Anhamona Brito** informou que a uma ação voltada ao apoio a sociedade civil, uma ação voltada ao fomento à instituição de conselho de promoção da igualdade racial e uma ação voltada ao apoio a organismos executivos de promoção da igualdade racial, tivemos uma mudança significativa de fortalecimento da perspectiva de enfrentar racismo e promover a igualdade racial no âmbito desse programa tendo esse programa como referência a ponto de sairmos de três eixos fundantes para o número de seis objetivos para atender esse programa, ouve um crescimento notável no nosso trabalho, nas nossas projeções que possa no caso atender de nossas expectativas de nossos anseios, outra questão foi o de cunho participativo, dialogado, que os dois programas, o Brasil Quilombola e comunidades tradicionais, enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial foram elaborados tanto no que diz respeito ao aspecto interno dessa produção, quanto no que diz respeito a relação com os demais órgãos do Governo Federal, essa mudança foi muito positiva para que pudéssemos de fato fortalecer os programas temáticos que tocaram as ações da SEPIR. Agradeceu a equipe técnica da Seppir pelo bom trabalho na construção do Plano Plurianual 2012/2015. Primeiro objetivo do programa, enfrentamento ao racismo é garantir a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais articulando ministérios e os demais órgãos Federais, Estados e Municípios, garantir primeiro articulação de políticas de promoção da igualdade racial dentro do Governo Federal, articular políticas de promoção da igualdade racial nas ações dos Estados e dos Municípios e instituir o sistema possibilitará que a SEPIR e o Governo Federal monitore a execução dessas políticas no âmbito do Governo Federal que é o SINAPIR. Objetivo dois, promover ações afirmativas num âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades. Objetivo três é disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legal referente ao enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial. Objetivo quatro é a da afirmação da pessoa negra enquanto sujeito político do indivíduo, das variadas coletividades, das variadas formas de organização e de potencialização de lutas e anseio, esse objetivo, tem iniciativa voltada ao apoio a sociedade civil, tem iniciativa voltada ao resgate de nossa cultura, história e memória; outro objetivo instituiu medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional fomentando a valorização da pluralidade étnico racial em instituições públicas e privadas. O objetivo seis, criar estratégias para reverter representações negativas da pessoa negra que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência. Objetivo sete, estabelecimento de pactos, estabelecer pactos inter-setoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoces na população negra, garantindo o seu direito à vida. Após a apresentação da Secretária Anhamona de Brito, o presidente do Conselho, **Mario Theodoro**, iniciou inscrição para os Conselheiros e Conselheiras para uso da palavra. A Conselheira **Célia Gonçalves Souza** (Titular) – CENARAB declarou que a discussão da questão das comunidades tradicionais tem uma grande carência e que a questão de matriz Africana por muito tempo vem sendo colocada no âmbito do Governo tentando estabelecer para a questão de comunidades tradicionais o mesmo caminho dos quilombolas. Informou a dificuldade para regularizar a situação dos Terreiros, pois o governo não tem mecanismos para formalizar os terreiros como templos. Disse da preocupação em relação ao Decreto 4.887 que está *sub judice* e que os conselheiros estão desinformados do andamento do processo no Supremo Tribunal Federal.

1 Disse que, apesar de não ser do Conselho na gestão passada, acompanhava as ações do governo,
2 citou como exemplo o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (CAM), para o Plano
3 Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Planapir, por isso, não concordava com
4 a secretária Anhamona Brito, por considerar que não é o começo, tudo novo, mas que já tem um
5 trabalho anterior, portanto, não é novidade para a maioria dos Conselheiros e Conselheiras. A
6 Conselheira **Marta Cezaria de Oliveira** (Titular) – FNMN falou da sua preocupação com a
7 ausência do recorte de gênero e que nos programas citou muito pouco a questão da mulher
8 negra. Pediu mais esclarecimento sobre o cadastro único do Programa Bolsa Família. A
9 Conselheira **Cleide Hilda de Lima Souza** (Titular) – CONEN falou que desde a primeira
10 gestão que acompanha de perto e participou do primeiro PPA, e muita gente participou, para o
11 Governo Federal naquele momento a palavra transversalidade era um ovo, que não sabia se
12 vinha antes da galinha ou se a galinha vinha antes do ovo e que conseguiu colocar naquele PPA
13 a questão racial, na questão da transversalidade a relação da SEPPIR com os demais ministérios
14 era também uma grande novidade para o Governo Federal e com esses oito anos muito cresceu
15 muito avançou e às vezes pode ter acontecido também que muitos até hoje não entenderam o
16 que é isso, transversalizar essa política e ter orçamento em todos os Ministérios, ter uma relação
17 da SEPPIR com todos os Ministérios uma relação de respeito uma relação de compromisso e
18 que acompanhou ponto por ponto até porque foi do dito CAM como a Mirian, o Claudinho, o
19 Edison e outras pessoas e que durante quatro anos na gestão da ministra Matilde ela ficou
20 tentando fazer um pacto do Planapir para que pudesse ser lançado. Disse que se hoje a SEPPIR
21 se encontra num dialogo melhor com os demais Ministérios o tempo ajudou a fazer isso, as
22 pessoas que passaram anteriormente, trabalhando oito à quatorze horas, tiveram esse
23 compromisso que essa equipe também está tendo e que não é nada de novidade por que se esta
24 aqui como um gestor público ele tem que agir enquanto tal e a comunidade negra precisa,
25 reivindicamos e ficamos esperando que o Estado brasileiro conseguisse entender da importância
26 da situação da questão do negro na sociedade, até a chegada do presidente Lula que conseguiu
27 dá um tom diferente para a questão da política para o povo negro, o tempo é responsável, de
28 fazer com que os Ministérios hoje consiga ter um olhar melhor para a SEPPIR, da própria
29 SEPPIR entender da importância das comunidades tradicionais para além da comunidade
30 quilombola, acha que esta muito pouco para a comunidade cigana e para a comunidade indígena
31 dentro do PPA, acha que a SEPPIR tem que melhorar o tratamento com as comunidades ciganas
32 e indígenas. O CAM, por exemplo, ouviu todos os ministérios do governo e levantou todas as
33 ações políticas que o Governo Federal estava implementando e as que deixavam de fazer por
34 que às vezes não tinha gestor, que às vezes não tinha uma equipe técnica, por que não tinha
35 gente, etc e tal. Parabenizou a equipe nova e que acredita que a questão racial no Brasil ela
36 tomou outra dimensão por que conseguimos dá visibilidade, conseguiu colocar que o Estado
37 Brasileiro é um Estado racista, e está colocada no mundo e desde a conferência de Durban,
38 desde que o governo Lula instalou a SEPPIR e isso esta dada para a sociedade brasileira e o
39 estatuto não é o melhor, mas foi o possível, é um marco legal, que o conselho tem que ter a
40 responsabilidade de cobrar tudo que foi feito e tudo que foi elaborado como política de
41 promoção da igualdade racial para além do que esta no PPA, por que existe um plano de
42 promoção da igualdade racial que são mais de quatrocentas páginas e tem que prestar atenção
43 no que se faz e já contribui e que às vezes fica parecendo que começou tudo de novo. A
44 conselheira **Mirian Stanescon Batuli de Siqueira** (Titular) Fundação Santa Sara Kali falou da
45 ausência no PPA das propostas aprovadas nas duas Conapir e que percebe que só citam os
46 Ciganos, porem não tem outras obrigações para com o povo Cigano. Que seja respeitado, que
47 na primeira proposta cigana que em toda ação comunitária que beneficie as comunidades
48 indígenas, negras e outras, inclua se explicitamente a etnia cigana. O Conselheiro **Clédisson**
49 **Geraldo do Santos Júnior** (Titular) – UNE considerou que há limites da perspectiva do PPA e
50 que a partir desse exercício democrático de tentar solucionar esses limites e avançar nessas

1 perspectivas para um plano mais com a cara da necessidade que o povo brasileiro necessita. A
2 Conselheira **Maria Aparecida de Matos** (Suplente) – RAN citou a questão da educação, onde
3 tem acompanhado a implementação da Lei 10.639 e alerta sobre a falta de material didático e de
4 profissionais qualificados e já vem denunciando essa situação há algum tempo. A Conselheira
5 **Sofia Débora Levi** (Titular) – CONIB parabenizou as equipes que trabalharam e apresentaram
6 pra todo material e essa é a terceira participação no Conselho como representante da
7 comunidade judaica, solicitou a atenção e a sensibilização para explicitação da comunidade
8 judaica nos projetos e nas propostas apresentadas pela SEPIR e em especial ressaltou o objetivo
9 seis onde se lê criar estratégias para reverter representações negativas da pessoa negra que
10 sustenta as ações de negação simbólica de diversas formas de violência onde se alude a pessoa
11 negra caberia também a alusão aos outros grupos que estão aqui representados, judeus, ciganos,
12 índios. O Conselheiro **Altair dos Santos Lira** (Titular) – FENAFAL, falou da sua preocupação
13 sobre o PPA 2012/2015 qual o mecanismo que será usado para as contribuições dos
14 conselheiros e conselheiras e se vão fazer modificações para inclusões, em que momento vão
15 estar nas ações na elaboração. O Conselheiro **Francisco das Chagas Silva** (Titular) – RAN
16 disse que concordava com a fala do Conselheiro Altair dos Santos Lira, sobre a colaboração dos
17 conselheiros e conselheiras e da atuação da Comissão Permanente de Políticas Públicas e
18 Acompanhamento do Ciclo Orçamentário no PPA 2012/2015. Relatou também a situação
19 complicada para alguns gestores, principalmente para os negros que tem chefes brancos e que
20 na maioria dos casos para não perder o cargo aceitam a imposição do chefe em barrar as
21 políticas de promoção da igualdade racial. O Conselheiro **Cláudio Aparecido da Silva** (Titular)
22 – SERUMANO BOCADA FORTE HIP HOP parabenizou a SEPPIR na ênfase para a
23 articulação interna do governo com os outros ministérios e o governo federal tem um papel
24 fundamental na construção das políticas de igualdade racial. Sobre a SEPPIR usar como base a
25 lei do estatuto da igualdade racial 12288 e o decreto 4887 na elaboração do PPA 2012/2015,
26 apesar de concordar com a aprovação do Estatuto, considera que é preciso regulamentá-lo.
27 Lembrou da ação no STF que é a ADIN que questiona o decreto 4887 que é a maior conquista
28 dos quilombolas na história do Brasil. Falou da situação árabe-palestina e da violência também
29 com os judeus e que em São Paulo além dos gays, negros e judeus sofre com a violência.
30 Denunciou a construção de usinas hidroelétricas e termoelétricas na região do Pantanal, região
31 do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tem tido um efeito devassador para as comunidades
32 ribeirinhas e para as comunidades tradicionais daquela região. A Conselheira **Valdice Gomes**
33 da Silva (Titular) – FENAJ/CONAJRA falou da sua preocupação com a regulamentação do
34 Estatuto da Igualdade Racial, principalmente por causa do PPA 2012/2015 elaborado com base
35 na Lei 12.288. Disse que gostaria de informações sobre a questão da comunicação do PPA, pois
36 foi aprovada a recomendação no Conselho e um tema importante é a concessão para a
37 sociedade organizada que hoje é o grande debate sobre a regulamentação das comunicações no
38 País. Falou também da questão do judiciário, onde a questão racial tem sofrido derrotas por
39 causa das decisões dos juizes com o argumento de liberdade de expressão. O Conselheiro **Ivo**
40 **Fonseca Silva** (Notório) – CONAQ falou que no governo Lula passou 3 meses em Brasília
41 discutindo o PPA, passou 3 meses discutido o Decreto 4.887 e que tem uma preocupação com a
42 nova proposta de PPA e que o tempo para debater é pouco. O Conselheiro **Edson Luiz de**
43 **França** (Notório) – UNEGRO, falou que é cansativo participar de reunião do Conselho para
44 ficar vendo data show e que gostaria de saber quando vão ser apresentados os valores para as
45 ações do PPA. A Conselheira **Vera Regina Paula Baroni** (Titular) – AMNB, disse que era um
46 momento importante o debate sobre o Plano Plurianual e que depois necessitará o
47 acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias e que o trabalho é muito amplo. Considera
48 que falta uma iniciativa sobre o sujeito político mulher negra estar com mais visibilidade e
49 incluir uma iniciativa que dissesse respeito ao enfrentamento daquilo que é chamado de
50 intolerância religiosa, considerando cada dia aumenta ainda mais todas as violações de direito à

1 crença e culto. O Conselheiro **Helcias Roberto Paulino Pereira** (Titular) – APN's, disse que os
2 companheiros da SEPPIR estão de parabéns pela seriedade que estão trabalhando, é importante
3 ouvir as críticas até pra poder melhorar ainda, acha que está no caminho. Agora, se não for
4 cumprido o PPA nos ministérios, que tipo de punição vai ter? se o ministério não cumpre, não
5 quer saber de nada, vai ficar só por isso, acha que tem que ter uma definição de quem é que vai
6 cobrar, se vai ser a SEPPIR. Informou que gostaria de saber quem é os representantes dos
7 ministérios presentes, se tem quorum, quais os ministérios que fazem parte desse conselho que
8 estão presentes. O Conselheiro **Rui Leandro S. Santos** (Suplente) – MS, ressaltou a
9 importância dessa retomada no diálogo da SEPPIR com alguns ministérios, é de suma
10 importância para o empoderamento político para fazer as ações. O PPA, esse processo acaba
11 daqui a alguns dias e há a necessidade de implementar as ações, de ir para a ponta, é necessário
12 que a SEPPIR continue com esse diálogo, com os departamentos, coordenações com aqueles
13 que vão efetivar essas políticas, um diálogo, parceria, um diálogo de respeito, cada um
14 cumprindo o seu papel. A Conselheira **Kátia Cristina Favilla** (Titular) – MDS informou que
15 coordena uma comissão que conversa muito com esse conselho que é a comissão nacional de
16 desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e que gostaria de responder
17 a nossa conselheira Cleide Hilda com relação ao cadastro único, que o cadastro único é um
18 cadastro dos programas sociais do governo, ele mapeava os pobres de uma maneira geral, a
19 intenção agora é que consiga além de ter um mapeamento de fato de quem são os pobres, que
20 consiga saber desses pobres quantos que são quilombolas, quantos que são indígenas incluímos
21 os ciganos, os extrativistas, os pescadores, os ribeirinhos e as comunidades de terreiro, a partir
22 do diálogo tanto da SEPPIR quanto da comissão nacional, tivemos a necessidade de ver, de sabe
23 que tem povos e comunidades tradicionais no Brasil, mas não conseguimos dizer exatamente o
24 número, não conseguimos dizer se eles são ricos ou se eles são pobres, se eles acessam ou não
25 políticas públicas, nesse sentido é um avanço essa construção nova do PPA e essa construção de
26 você pensar em integrar os sistemas, que consiga ter cadastros únicos, ou seja, que consiga ver
27 o número que a SEPPIR vê, que o MDS vê, que seja o mesmo número, que não tenha números
28 repartidos, que não consiga conversar como governo. O presidente do Conselho, **Mario**
29 **Theodoro**, após as intervenções dos Conselheiros e Conselheiras passou para as Secretárias
30 fazerem um breve agradecimento e em seguida encerrou as atividades do período da manhã,
31 ficando o retorno no período da tarde para continuar com os pontos da ordem do dia. O
32 Secretário Executivo do CNPIR, **Sérgio Pedro da Silva**, iniciou os trabalho do período da tarde
33 explicado a ausência do Senhor **Mário Theodoro**, pois o mesmo estava cumprindo agenda da
34 SEPPIR. Conforme o Regimento Interno do CNPIR, foi escolhida a Conselheira **Sofia Débora**
35 **Levi** (Titular) – CONIB para compor a Mesa da Plenária. **ITEM 06 – Apresentação da**
36 **Proposta de Resolução nº 04 sobre a criação das Comissões Permanente do CNPIR:** O
37 Secretário Executivo do CNPIR, **Sérgio Pedro da Silva** apresentou a Proposta de Resolução nº
38 04 sobre a criação das Comissões Permanente do CNPIR, onde a assessoria jurídica do
39 Gabinete da Ministra analisou e fez as modificações para que a criação das Comissões fosse
40 publicada no Diário Oficial da União, logo após fez a leitura da Resolução nº 4 e anotou os
41 destaques dos Conselheiros e Conselheiras. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade
42 Racial, resolução número quatro, de 14 de abril de 2011, o pleno do Conselho Nacional de
43 Promoção da Igualdade Racial, CNPIR, em sua quinta reunião extraordinária, realizadas nos
44 dias 13 e 14 de abril de 2011 no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas
45 pela lei 10678 de 23 de maio de 2003, pelo decreto 4885 de 29 de novembro de 2003, pelo
46 decreto 6509 de 16 de julho de 2008 e considerando que a sociedade civil organizada por meio
47 de suas diversas formas de organização e de intervenção tem chamado atenção para a
48 necessidade da preservação da vida da juventude negra e essa questão tem sido evidenciada a
49 partir da ampliação dos instrumentos de controle social e de estratégias de participação da
50 sociedade civil organizada como as conferencias e os conselhos que expressão as demandas e as

1 necessidades da juventude negra considerando a necessidade de monitoramento, fiscalização e
2 avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, o monitoramento periódico do plano
3 nacional de promoção da igualdade racial e a constituição do sistema nacional de promoção da
4 igualdade racial, SINAPIR, considerando a necessidade de promover ações, realizar estudos e
5 elaborar propostas que auxiliem a SEPPIR na defesa dos marcos legais existentes que atendam
6 aos interesses da população negra, indígena, cigana e de outros grupos étnicos, considerando a
7 necessidade a oferecer políticas governamentais que respeitem, interajam com as
8 especificidades cultural, social e econômica de comunidades tradicionais como as comunidades
9 Quilombola, indígenas, ciganas e de terreiros, considerando a necessidade de prevenir enfrentar
10 a violência contra as mulheres, reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover
11 uma cultura não discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na
12 formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo
13 considerando a necessidade de fomentar os conselhos e as representações governamentais e do
14 movimento social dos estados e dos municípios considerando a importância da comunicação
15 como ferramenta para o enfrentamento do racismo já manifestada nas primeiras e segundas
16 conferências nacionais de promoção da igualdade racial, considerando que o conselho nacional
17 de promoção da igualdade racial, considerando que o Conselho Nacional de promoção da
18 Igualdade Racial, CNPIR, além de combater o racismo tem por missão propor alternativas para
19 superar as desigualdades raciais tanto do ponto de vista econômico quanto social político e
20 cultural, ampliando assim os processos de controle social sobre as referidas políticas, resolve,
21 artigo primeiro, criar no âmbito do conselho nacional de promoção da igualdade racial, CNPIR,
22 as comissões permanentes de, um, promoção e defesa dos direitos da juventude, dois,
23 acompanhamento das políticas de promoção da igualdade racial e do ciclo orçamentário, três,
24 atos normativos, quatro, povos, comunidades tradicionais e liberdade religiosa, quinto, proteção
25 e defesa dos direitos das mulheres negras, sexto, fomenta a criação e ao fortalecimento de
26 conselhos de igualdade racial e sétimo, comunicação e informação. Artigo segundo, criar no
27 âmbito do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, CNPIR, os grupos de trabalho,
28 GTs, de um, acompanhamento do plano Brasil sem miséria, dois, articulação do ano
29 internacional dos povos afro descendentes, artigo terceiro, as comissões são constituídas como
30 instâncias de natureza técnica para tratar de assuntos específicos que tem por finalidade
31 promover ações realizar estudos e elaborar propostas baseadas nas premissas, primeiro, o
32 combate a todas as formas de manifestação de racismo, preconceito, discriminação racial e
33 xenofobia, dois, a erradicação das desigualdades raciais e seus reflexos notadamente nos
34 aspectos econômico, financeiro, social, político e cultural, terceiro, o controle social sobre as
35 políticas públicas de promoção da igualdade racial e quarto, a defesa do direito a vida e o
36 enfrentamento a violência que tem vitimado a juventude negra, artigo quatro, são objetivos da
37 comissão permanente de promoção e de defesa dos direitos da juventude negra dentre outros,
38 artigo quatro, primeiro, subsidiar o CNPIR, na formulação e na implementação de metas e
39 prioridades que visem aplacar o elevado grau de mortalidade dessa população, dois, auxiliar a
40 SEPPIR no processo de consolidação de informações de indicadores sociais que revelem a
41 situação real da juventude negra brasileira, três, auxiliar o CNPIR na proposição de estratégia e
42 formulação, acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas públicas para a juventude
43 negra, quatro, potencializar a articulação do CNPIR, e os órgãos e entidades públicas ou
44 privadas em todos os entes e níveis na matéria afeta a comissão objetivando ampliar a
45 cooperação mutua e estabelecer estratégias comuns para implementação de políticas para a
46 juventude negra, artigo quinto, são objetivos da comissão permanente de acompanhamento das
47 políticas de Promoção da Igualdade Racial e do ciclo orçamentário e GT de acompanhamento
48 do Plano Brasil sem Miséria dentre outros, primeiro, realizar estudos e elaborar propostas para
49 estabelecer, perdão, destaque quem pediu? Mônica, indicadores tendo em vista a elaboração de
50 políticas públicas que atendam aos interesses da população negra, indígena, cigana e de outros

1 grupos étnicos nas ações executadas pelo Governo Federal, dois, auxiliar o CNPIR no processo
2 de definição de diretrizes para nortear a elaboração do Plano plurianual PPA e das peças
3 orçamentárias anuais, três, acompanharem a execução das políticas e das ações contidas no
4 Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, PLANAPIR, quatro, participar na elaboração
5 de critérios e parâmetros para formulação, implementação e de metas de prioridades para
6 assegurar às condições de igualdade a população negra e de outros segmentos étnicos da
7 população Brasileira inclusive na articulação da proposta orçamentária da União, quatro, propor
8 estratégia de acompanhamento, avaliação e fiscalização bem como a participação do processo
9 deliberativo de diretrizes das políticas de promoção da igualdade racial para incluir a dimensão
10 racial nas políticas públicas desenvolvidas em âmbito nacional. Sexto, recomendar a realização
11 de estudos, debates e pesquisas sobre a situação da população negra e de outros segmentos
12 étnicos da população brasileira, com vistas à contribuir na elaboração de propostas de políticas
13 públicas que visem a promoção da igualdade racial e a eliminação de todas as formas de
14 preconceito e discriminação. Propor em parceria com organismos governamentais e não
15 governamentais, nacionais e internacionais a identificação de sistema de indicadores, no sentido
16 de estabelecer metas e procedimentos, no sentido de monitorar as ações de promoção da
17 igualdade racial. Oitavo, realizar estudos que auxiliem na identificação da população negra, no
18 contexto da pobreza extrema, respeitando as peculiaridades dos sujeitos. Nove, colaborar com o
19 CNPIR na elaboração de metas e propostas que garantam a superação dos indicadores sociais de
20 miserabilidade a compor o plano de erradicação da pobreza extrema. Dez, elaborar propostas
21 que visem a inclusão produtiva e a sustentabilidade da população negra. Artigo sexto, são
22 objetivos da comissão de atos normativos dentre outros, primeiro: promover ações, realizar
23 estudos e elaborar propostas que auxiliem a SEPPIR na defesa dos marcos legais existentes que
24 atendem aos interesses da população negra, indígenas, ciganas e de outros grupos étnicos. Dois,
25 trabalhar na revisão das normas que regulamentam o CNPIR, suas atribuições e o seu
26 funcionamento. Artigo sétimo, são objetivos da comissão permanente de povos e comunidades
27 tradicionais e liberdade religiosa dentre outros. Primeiro, promover ações, realizar estudos e
28 elaborar propostas que defendam e protejam os direitos territoriais e sócio-cultural dos povos e
29 comunidades tradicionais com ênfase para os Quilombolas, ciganos, indígenas, população
30 judaica, árabe e palestina respeitando e valorizando sua cultura, tradição, história e memória,
31 segundo auxiliar o CNPIR na formulação de políticas e ações que assegurem o respeito à
32 liberdade religiosa e o direito a suas manifestações ritualísticas e culturais, no sete, artigo
33 oitavo, são objetivos das comissões permanentes, proteção e defesa dos direitos de mulheres
34 negras dentre outros, sétimo Primeiro, promover ações, realizar estudos e elaborar propostas
35 que protejam e defendam os direitos das mulheres negras subsidiando o CNPIR na formulação e
36 na implementação de emendas e de prioridades que visem a aplacar o elevado grau de exclusão
37 social dessa população, dois, auxiliar o CNPIR na proposição de estratégias que possibilitem a
38 SEPPIR executar as ações de sua competência e constantes no eixo nove do Plano Nacional de
39 políticas para as mulheres possibilitando uma melhor atuação da SEPPIR junto a SPM na
40 execução e monitoramento das ações de responsabilidade dos demais Ministérios que atendam
41 aos interesses das mulheres negras, artigo nono, são objetivos da comissão permanente de
42 fomento criação e ao fortalecimento de conselhos da igualdade racial dentro outros, artigo
43 primeiro, promover ações, realizar estudos e elaborar propostas que auxiliem o CNPIR a
44 fomentar que as representações governamentais e do movimento social dos estados e dos
45 municípios criem e fortaleçam os conselhos de promoção da igualdade racial, dois, estimular a
46 sociedade civil no exercício do controle social sobre as políticas públicas de promoção da
47 igualdade racial, artigo décimo, são objetivos da comissão permanente de comunicação e
48 formação e GT de articulação do ano internacional do Afro descendente dentre outros, primeiro,
49 divulgar estudos relacionados à questão racial, dois, elaborar e divulgar boletins do CNPIR,
50 Três, elaborar e divulgar relatório anual de atividades CNPIR, quarto, melhorar o fluxo de

1 informações entre a SEPPIR e o CNPIR, quinto, criar uma lista de discussão dos conselheiros
2 do CNPIR, sexto, elaborar estratégias, acompanhar e auxiliar no desenvolvimento de ações da
3 campanha Igualdade Racial é para Valer envolvendo entes governamentais a iniciativa privada e
4 a sociedade civil, sétimo, fomentar o desdobramento da campanha nacional por setores,
5 seguimento e temas, nos estados e municípios exemplificando Igualdade Racial é para Valer
6 com territórios Quilombolas reconhecidos Igualdade Racial é pra valer com respeito aos cultos
7 tradicionais de Matriz africana, Igualdade Racial é Pra Valer, com juventude negra viva,
8 Igualdade Racial é Pra Valer com iguais direitos para as trabalhadoras domésticas, artigo onze,
9 as comissões serão compostas por no máximo nove membros cada podendo delas participar
10 pessoas que não fazem parte do conselho, devendo sempre cada comissão ser coordenada por
11 um conselheiro titular, sempre que possível o coordenador da comissão será conselheiro
12 representante da população ou seguimentos étnicos que tratam, artigo doze, cada comissão terá
13 um coordenador e um relator cabendo a esse último a exposição em sessão plenária de parecer
14 sobre a matéria em pauta, inciso um, cada comissão deverá apresentar relatório anual das
15 atividades do mandato ao CNPIR, como também das atividades específicas desenvolvidas
16 sempre quando da sua conclusão ou solicitação do conselho, artigo treze, a secretaria de política
17 de promoção da Igualdade Racial da Presidência da República prestará a cada comissão apoio
18 administrativo e os meios necessários para execução dos trabalhos conforme disposto na lei
19 10678 de 23 de maio de 2003, pelo decreto número 4885 de 20 de novembro de 2003 e pelo
20 decreto número 6509 de 16 de julho de 2009 e no regimento interno do Conselho Nacional de
21 Promoção da Igualdade Racial, artigo quatorze esta resolução entra em vigor na data de sua
22 publicação, Luisa Helena de Barros presidente do Conselho Nacional de Promoção da
23 Igualdade Racial. Aprovada a Resolução nº 4 com os destaques apresentadas pelos Conselheiros
24 e Conselheiras e a redefinição da composição das Comissões Permanentes e definido o prazo de
25 15 dias para os conselheiros titulares optarem em participar das comissões com vagas a serem
26 preenchidas. Também foi aprovada reunião exclusiva das Comissões Permanentes hum dia
27 antes da próxima Reunião Ordinária do CNPIR, alterando a data da 31^a RO – CNPIR para os
28 dias 15, 16 e 17 de agosto. O presidente do Conselho, **Mario Theodoro**, encerrou os trabalhos
29 do primeiro dia da Trigésima Reunião Ordinária do CNPIR às dezoito horas e trinta minutos. O
30 presidente do Conselho, **Mario Theodoro**, iniciou os trabalhos do segundo dia da Trigésima
31 Reunião Ordinária do CNPIR com o seguinte ponto de pauta: **ITEM 07 – PESQUISA DE**
32 **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM**
33 **COMUNIDADES QUILOMBOLAS:** A assessora do MDS, **Marina Pereira – Sagi/MDS**, fez
34 apresentação da pesquisa e tirou dúvidas dos Conselheiros e Conselheiras do CNPIR. **ITEM 07**
35 **– QUESTIONÁRIO DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)**
36 **SOBRE OS CONSELHOS NACIONAIS:** O assessor do IPEA, **Carlos Henrique –**
37 **Diest/IPEA**, fez uma breve apresentação do Questionário e distribuiu para todos os
38 Conselheiros e Conselheiras para preencherem e em seguida serem encaminhadas para o IPEA.
39 **ITEM 08 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO NEGRA,**
40 **DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:** O Conselheiro do Conselho Nacional
41 de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR, **José Ribamar Araújo e Silva** fez
42 apresentação da Quarta Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do
43 CONSEA, que será realizado no período de 7 a 10 de novembro de 2011, em Salvador (BA).
44 Foi aprovada Moção de Solidariedade aos quilombolas do Maranhão que ocuparam a sede do
45 INCRA, garantia de proteção aos moradores das áreas quilombolas e acompanhamento
46 interministeriais com Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial, Desenvolvimento
47 Agrário, Justiça, Incra Nacional e Fundação Cultural Palmares. **ITEM 09 – PLANO DE**
48 **AÇÃO BILATERAL BRASIL/EUA PARA IGUALDADE RACIAL (JAPER);** Retirado da
49 Pauta. **ITEM 09 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE):** **Mônica Oliveira**,
50 Gerente de Projetos da SPAA/SEPPIR fez apresentação das propostas elaboradas pela SEPPIR.

1 e foi solicitado a SEPPIR o envio do parecer do relator do PL/PNE 2011/2020 e o Conselho
2 acompanhar a tramitação no Congresso Nacional. **ITEM 10 – 14^a Conferência Nacional de**
3 **Saúde e a PNNSPN:** **Jurema Werneck**, Vice-presidente do Conselho Nacional de Saúde fez
4 apresentação da Conferencia Nacional de 14^a Conferência Nacional de Saúde e depois do
5 debate do Pleno foi deliberado convidar a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa –
6 SGEP/MS para fazer a apresentação de balanço do Plano Operativo 2008/2011 da Política
7 Nacional de Saúde Integral da População Negra na próxima Reunião Ordinária do CNPIR.
8 **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, o Secretário Executivo da SEPPIR, **Mário**
9 **Lisboa Theodoro**, encerrou os trabalhos da 30^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
10 Promoção da Igualdade Racial.



Presidência da República
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PAUTA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPIR/SEPPIR/PR

13 e 14 de junho de 2011

Local: Auditório SDH, SCS, Q 09, Brasília-DF

PAUTA

1. Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR;
2. Aprovação da Ata da reunião anterior;
3. Informes Gerais;
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;
5. Apresentação do PPA 2012/2015;
6. Apresentação da Pesquisa de Avaliação da Situação Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas
7. Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra, dos Povos e Comunidades Tradicionais;
8. Questionário do IPEA sobre os Conselhos Nacionais;
9. Conferência Nacional de Saúde e a PNSPN;
10. Plano de Ação Bilateral Brasil/EUA para Igualdade Racial – JAPER;
11. Plano Nacional de Educação;
12. Discussão e deliberação sobre as Comissões Permanentes do CNPIR; e
13. Encerramento.

PROGRAMAÇÃO

13 de junho de 2011 – das 9h as 13h e das 14 as 18h

Local: Auditório SDH, SCS, Q 09, Brasília-DF

9h00 - Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR;

9h10 – Aprovação da Ata da reunião anterior;

9h20 - Informes Gerais;

10h00 - Leitura e aprovação da ordem do dia;

- Presidência: Mario Theodoro, Secretário Executivo – SE/SEPPIR
 - Secretaria: Sérgio Pedro

10h30 – Intervalo;



Presidência da República

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

10h30 – Intervalo;

10h45 – 14ª Conferência Nacional de Saúde e a PNSPN;

- Jurema Werneck, Vice-presidente do Conselho Nacional de Saúde.

11h20 - Plano de Ação Bilateral Brasil/EUA para Igualdade Racial – JAPER;

- Anhamona Brito, Secretária de Ações Afirmativas – SPAA/SEPPIR

12h00 – Plano Nacional de Educação;

- Mônica Oliveira, Gerente de Projetos da SPAA/SEPPIR

13h00 – Intervalo de almoço;

14h00 – Encaminhamentos;

15h30 - Intervalo;

18h00 – Encerramento.



Presidência da República
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PAUTA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPIR/SEPPIR/PR

13 e 14 de junho de 2011

Local: Auditório SDH, SCS, Q 09, Brasília-DF

PAUTA

1. Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR;
2. Aprovação da Ata da reunião anterior;
3. Informes Gerais;
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;
5. Apresentação do PPA 2012/2015;
6. Apresentação da Pesquisa de Avaliação da Situação Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas
7. Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra, dos Povos e Comunidades Tradicionais;
8. Questionário do IPEA sobre os Conselhos Nacionais;
9. Conferência Nacional de Saúde e a PNSPN;
10. Plano de Ação Bilateral Brasil/EUA para Igualdade Racial – JAPER;
11. Plano Nacional de Educação;
12. Discussão e deliberação sobre as Comissões Permanentes do CNPIR; e
13. Encerramento.

PROGRAMAÇÃO

13 de junho de 2011 – das 9h as 13h e das 14 as 18h

Local: Auditório SDH, SCS, Q 09, Brasília-DF

9h00 - Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR;

9h10 – Aprovação da Ata da reunião anterior;

9h20 - Informes Gerais;

10h00 - Leitura e aprovação da ordem do dia;

- Presidência: Mario Theodoro, Secretário Executivo – SE/SEPPIR
 - Secretaria: Sérgio Pedro

10h30 – Intervalo;



Presidência da República
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

10h30 – Intervalo;

10h45 – 14ª Conferência Nacional de Saúde e a PNNSPN;

- Jurema Werneck, Vice-presidente do Conselho Nacional de Saúde.

11h20 - Plano de Ação Bilateral Brasil/EUA para Igualdade Racial – JAPER;

- Anhamona Brito, Secretária de Ações Afirmativas – SPAAP/SEPPIR

12h00 – Plano Nacional de Educação;

- Mônica Oliveira, Gerente de Projetos da SPAAP/SEPPIR

13h00 – Intervalo de almoço;

14h00 – Encaminhamentos;

15h30 - Intervalo;

18h00 – Encerramento.